

Nº 239

FEVEREIRO
DE 2019

EXPRESSIONÃO SINJUS

Revista do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais - SINJUS MG



EDIÇÃO ESPECIAL

Categoria
luta pelo
cumprimento
de leis



ENTREVISTA EXCLUSIVA

Zema garante
repasse do
duodécimo



Zema garante repasse do duodécimo em entrevista exclusiva ao SINJUS-MG

A Administração do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) vem deixando os seus servidores sem respostas objetivas sobre os seus direitos, que vêm sendo consecutivamente descumpridos. É o caso da Lei 18.909/10, no que se refere à Data-Base 2018 (em atraso desde maio), da Lei 23.173/18, que institui os benefícios dos Auxílios-Saúde e Transporte, e, de forma gritante, também é o caso da Lei 23.111/2018 (Data-Base 2017), cuja quitação do passivo trabalhista devido aos servidores, por decisão unilateral do Tribunal, foi parcelada em 36 vezes. O problema do TJMG não é de caixa. Mas vontade política. E isso foi mais do que provado pela superintendência do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que assessora os sindicatos, e demonstrado por ofício à Administração.

Ainda assim, a gestão do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, vem se apoiando em frágeis argumentos que só fazem criar sensação de insegurança na categoria, com afirmações como as de que o pagamento retroativo da

data-base 2017 “condiciona-se à regularidade de repasses do Tesouro Estadual para o Poder Judiciário, que se encontra sob sério risco”; “sem regularidade dos repasses financeiros, torna-se temerária a assunção de quaisquer compromissos de pagamento aos servidores, sob pena de comprometimento da própria folha de pessoal” e “a implantação dos auxílios-saúde e transporte (despesas de caráter continuado) é providência que requer a segurança de reservas financeiras, ainda não consolidadas, embora previstas orçamentariamente nas unidades orçamentárias sob gestão do Tribunal de Justiça”.

Diante dessa insistente tentativa do Tribunal de atribuir ao poder Executivo a responsabilidade do Judiciário em cumprir as leis, desprezando a sabida autonomia (orçamentária e financeira) entre os poderes, o SINJUS-MG foi direto à fonte perguntar ao governador os reais riscos alegados pelo TJMG. Veja o que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse em exclusividade à nossa assessoria.

Quando tomei posse, propus fazermos todos um Pacto por Minas, pois só assim conseguiremos reestruturar as finanças do Estado, salientando que vamos manter o repasse regular do duodécimo, como já temos feito.

SINJUS-MG - Governador, toda a população do estado de Minas Gerais está ciente dos desafios encontrados pelo senhor ao assumir o comando do Executivo. O que o senhor definiu como prioridade nestes primeiros meses? Está otimista quanto à diminuição da crise financeira?

ROMEU ZEMA - Nossa prioridade não poderia ser outra que não a busca do equilíbrio das contas do Estado. Neste sentido, já neste início de gestão, estamos tomando medidas que diminuam gastos, pois todos sabemos que as despesas precisam ser menores do que a receita. Entre outras coisas, enviamos para a Assembleia Legislativa nossa proposta para uma reforma administrativa, que prevê o enxugamento da estrutura interna das secretarias em 47%, considerando o corte de subsecretarias, superintendências, diretorias e assessorias. Com isso, vamos reduzir em até 80% as verbas de custeio das pastas. Também quero dar o exemplo. Eu estou morando em uma casa com aluguel pago por mim, colocamos à venda um jato do governo, estamos adotando apenas a versão on-line do diário oficial, entre tantas outras ações. Algumas representam uma economia significativa, outras nem tanto, porém, ao somá-las chegamos a um volume expressivo de corte de gastos. Além disso, estamos nos preparando para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, junto ao governo federal, o que vai nos ajudar no equilíbrio do caixa do Estado. Porque somente os cortes de gastos na nossa estrutura não será suficiente para equacionar as receitas com as despesas públicas. Será fundamental termos um fôlego nas contas que a renegociação da dívida com a União nos dará.

SINJUS-MG - Somos representantes dos trabalhadores do Poder Judiciário e gostaríamos de saber

como tem sido a relação com os demais Poderes, em especial o Judiciário.

ROMEU ZEMA - Nosso relacionamento está sendo excelente com o Judiciário. E também com o Legislativo e Ministério Público. Quando tomei posse, propus fazermos todos um Pacto por Minas, pois só assim conseguiremos reestruturar as finanças do Estado, salientando que vamos manter o repasse regular do duodécimo, como já temos feito. Mas somente um dos poderes não vai conseguir resolver a situação de penúria em que Minas se encontra. O Executivo é somente um dos elos dessa situação de falência. Os outros poderes também terão que fazer esforços e reduzir despesas. Afinal, são poderes independentes, mas a fonte de recursos para a manutenção de todas as esferas é a mesma: o dinheiro dos contribuintes. Precisaremos da parceria de todos os mineiros, e, nesta união, o Judiciário é fundamental.

SINJUS-MG - E sobre a relação com os Sindicatos? Que espaço eles terão em seu mandato? O senhor pretende se reunir com entidades que representem outros servidores para além do Poder Executivo?

ROMEU ZEMA - Quero estabelecer uma relação bastante respeitosa com os sindicatos. Já nos primeiros dias da minha gestão, o secretário de Planejamento e Gestão, Otto Levy, teve uma reunião com representantes de sindicatos e associações dos servidores públicos para que eles tivessem um primeiro contato e ele informasse como serão os encaminhamentos de demandas futuras. Quero ouvir todos os mineiros, independentemente das categorias a que pertençam. Sempre digo que só estando perto das pessoas, ouvindo suas reivindicações e anseios poderemos encontrar soluções que atendam a todos.



Posicionamento do governador

Romeu Zema contradiz presidente do TJMG

Por Wagner Ferreira
COORDENADOR-GERAL

Nessa entrevista concedida com exclusividade ao Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais (SINJUS-MG), o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), desmonta os argumentos utilizados pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes, para negar aos servidores o cumprimento das leis Nº 23.173/2018, que institui os Auxílios-Saúde e Transporte, e Nº 18.909/2010, que assegura a revisão geral anual aos servidores, no caso, a Data-Base 2018, vencida há dez meses.

No começo do ano, o Tribunal alegou falta de segurança de que o novo governador de Minas Gerais fosse realizar os repasses dos duodécimos regularmente. Contudo, no final de janeiro, o chefe do Poder Executivo honrou os valores devidos ao Tribunal, conforme orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), e, inclusive, enviou recursos que possibilitaram ao TJMG pagar 96% de todos os auxílios devidos a magistrados e servidores por meio da Fonte 10. Assim, o presidente Nelson Missias utilizou apenas 4% do Fundo Especial do Poder Judiciário (FEPJ) no mês passado, gerando superávit de R\$ 71 milhões na chamada Fonte 60.

Esses dados foram identificados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que apontou ainda recursos orçamentários inscritos em restos a pagar no valor de R\$ 86 milhões no orçamento de 2018 que poderiam quitar quase a totalidade do passivo trabalhista referente à Data-Base 2017. Também pelos dados disponíveis na Lei Orçamentária Anual de 2019, o Dieese verificou que há margem orçamentária de R\$ 104 milhões que poderiam financiar a Data-Base 2018.

Na abertura da reunião com os sindicatos representantes dos servidores no dia 18/2, marcada estrategicamente para desmobilizar a categoria, Nelson Missias chegou a especular que até o pagamento dos salários do mês estaria em risco para, logo em seguida, dizer que pagaria mais 20% do passivo remanescente trabalhista da Data-Base 2017 no final de fevereiro. Neste ponto ficou a pergunta: De onde saiu o dinheiro para esses 20% se os repasses do Estado seriam incertos?

Segunda pergunta: Por que o Tribunal não permite que o técnico do Dieese acompanhe os dirigentes sindicais durante as reuniões? Outra pergunta: Ao ser confrontado com os números apresentados pelo Dieese, técnicos e o próprio presidente do TJMG se esquivaram e alegaram que esses números “são dinâmicos”. O que são números “dinâmicos”?

Diante de todo esse cenário nebuloso no TJMG, o SINJUS-MG foi perguntar diretamente ao governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que, ao contrário da Presidência do TJMG, não quis deixar margem para criar sensação de insegurança no servidor, e foi enfático em dizer que o repasse de duodécimos não sofrerá alterações. Neste ponto é preciso ressaltar que em janeiro, primeiro mês de sua gestão, o chefe do Executivo honrou o compromisso. Ou seja, cabe agora ao TJMG apenas executar o orçamento de 2019.

Portanto, não se trata de disponibilidade orçamentária, mas sim de saber o Tribunal irá cumprir as leis e os direitos devidos aos servidores.

EXPEDIENTE EXPRESSÃO SINJUS • Periódico do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais
Av. João Pinheiro, 39, Sobreloja • Centro • Belo Horizonte-MG • CEP: 30130-180 • (31) 3213 5247 • www.sinjus.org.br • facebook.com/rede.sinjusmg

DIRETORIA COLEGIADA

Coordenação-Geral: Wagner Ferreira

Diretoria Administrativa: Robert W. França

Diretoria de Finanças: Sônia A. de Souza

Diretoria de Imprensa e Comunicação: Nicolau Primola

Diretoria de Assuntos Jurídicos: Alexandre Pires da Silva

Diretoria de Formação e Política Sindical: Jonas Araújo

Diretoria de Aposentados e Pensionistas: Alex Aguiar

Diretoria de Assuntos Sociais, Culturais e

de Saúde: Felipe Rodrigues e R. do Carmo

CONSELHO FISCAL

Hudson Brígido da Silva e Renato Elias Celes Charchar

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Nicolau Primola

Jornalista responsável: Patrícia Brum (JP 10872 MG)

Reportagem: Bruno Carvalho e Laura Zschaber

Projeto Gráfico e diagramação: Mitiko Mine

Analista de Gestão da Informação: Stefanie Nascimento



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Gabinete da Presidência
 Av. Afonso Pena, 400/112º andar - Serra
 30130-008 - Belo Horizonte / MG
 0119306-3130 / gapre@tjmg.tus.br

OFÍCIO Nº 046/GAPRE/2019

Ilmo. Sr.
 Wagner de Jesus Ferreira
 Coordenador-Geral de
 SINJUS-MG
 Capital

Belo Horizonte, 12 de fevere...

O pagamento retroativo da data-base 2017

tal providência condiciona-se à regularidade de repasses do Tesouro

Sem regularidade dos repasses financeiros, torna-se temerária a assunção de quaisquer compromissos de pagamento aos servidores,

De igual forma, a implantação dos auxílios-saúde e transporte (despesas de caráter continuado) é providência que requer a segurança de reservas financeiras,

[Handwritten signature]